

CONCURSO PÚBLICO | 2019  
EDITAL

 **PGDF**

**NÍVEL MÉDIO | TARDE**

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (**desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva**). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4** Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

Informações adicionais: (XX) 61 3448-0100 | [sac@cebraspe.org.br](mailto:sac@cebraspe.org.br) | [www.cebraspe.org.br](http://www.cebraspe.org.br)

 **Cebraspe**  
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação  
e Seleção e de Promoção de Eventos

**O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!**

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Reconhecer o *status* de mulheres brancas e homens  
negros como oscilante nos possibilita enxergar as  
especificidades desses grupos e romper com a invisibilidade da  
4 realidade das mulheres negras. Por exemplo, ainda é muito  
comum a gente ouvir a seguinte afirmação: “mulheres ganham  
30% a menos do que homens brancos no Brasil”, quando a  
7 discussão é desigualdade salarial. Essa afirmação está  
incorreta? Logicamente não; mas do ponto de vista ético, sim.  
Explico: mulheres brancas ganham 30% a menos do que  
10 homens brancos no Brasil. Homens negros ganham menos do  
que mulheres brancas, e mulheres negras ganham menos do que  
13 todos. Segundo pesquisa desenvolvida pelo Ministério do  
Trabalho e Previdência Social em parceria com o Instituto de  
Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 39,6% das mulheres  
negras estão inseridas em relações precárias de trabalho,  
16 seguidas pelos homens negros (31,6%), por mulheres brancas  
(26,9%) e por homens brancos (20,6%). Ainda segundo a  
pesquisa, mulheres negras representam o maior contingente de  
19 pessoas desempregadas e no trabalho doméstico. Quando  
muitas vezes é apresentada a importância de se pensarem  
políticas públicas para as mulheres, comumente se ouve que as  
22 políticas devem ser para todos. Mas quem são esse “todos”, ou  
quantos cabem nesse “todos”?

Djamila Ribeiro. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017 (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 1 Conforme os dados apresentados no texto, de modo geral, as mulheres estão mais vulneráveis às relações precárias de trabalho do que os homens.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO. Não é possível afirmar que as mulheres estão mais vulneráveis às relações precárias de trabalho do que os homens, porque as mulheres brancas estão mais bem posicionadas estatisticamente em relação a homens negros.**
- 2 No último período do texto, a autora dá ênfase ao termo ‘todos’, sugerindo a existência de uma relativização na ideia de que as políticas públicas devem ser para todos.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO. A autora relativiza o discurso de quem acredita que “as políticas devem ser para todos”, negando, com base na sua argumentação, o seu pretensão valor absoluto.**
- 3 O texto mostra que homens negros e mulheres brancas estão, proporcionalmente, em uma mesma posição de privilégio, se comparados às mulheres negras.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO. Homens negros ainda são economicamente mais vulneráveis que mulheres brancas, embora ambos estejam mais bem colocados em relação às mulheres negras.**

- 4 A frase “Essa afirmação está incorreta?” (l. 7 e 8) constitui um recurso retórico empregado para introduzir uma constatação.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO. A frase foi empregada como um recurso retórico para introduzir a constatação de que há uma incoerência do ponto de vista ético, já que, segundo a autora, as mulheres contempladas na sentença referem-se a um grupo específico de mulheres — as que são brancas.**
- 5 O termo “comum” (l.5) concorda sintaticamente com “afirmação” (l.5), de modo a qualificar como corriqueira a ideia de que ‘mulheres ganham 30% a menos do que homens brancos no Brasil’ (l. 5 e 6).  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO. Do ponto de vista sintático, o adjetivo “comum” concorda com toda a oração “a gente ouvir a seguinte afirmação”, a qual funciona como sujeito do predicado “ainda é muito comum”. Assim, embora se depreenda dos sentidos do texto que a afirmação mencionada é comum, é incorreto afirmar que a relação sintática de concordância se dá entre os termos “comum” e “afirmação”.**
- 6 <<P521CB2A01I6&3099\_R0100337\_E\C1\_6>>As aspas no trecho ‘mulheres ganham 30% a menos do que homens brancos no Brasil’ (l. 5 e 6) indicam que essa afirmação reproduz um discurso alheio, considerado infundado pela autora, conforme se depreende dos argumentos subsequentes do texto.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO. Além do trecho “ainda é muito comum a gente ouvir a seguinte afirmação”, as aspas indicam que se trata de uma afirmação de outrem, para a qual a autora considera necessárias ressalvas, o que não significa que ela a considere infundada. Ao contrário, a autora afirma que a afirmação é logicamente correta, mas argumenta que, do ponto de vista ético, é um pensamento incorreto.**

1 A lembrança da empregada ausente me coagia. Quis  
lembrar-me de seu rosto, e admirada não consegui — de tal  
modo ela acabara de me excluir de minha própria casa, como  
4 se me tivesse fechado a porta e me tivesse deixado remota em  
relação à minha moradia. A lembrança de sua cara fugia-me,  
devia ser um lapso temporário. Mas seu nome — é claro, é  
7 claro, lembrei-me finalmente: Janair. E, olhando o desenho  
hierático, de repente me ocorria que Janair me odiara. Eu  
olhava as figuras de homem e mulher que mantinham expostas  
10 e abertas as palmas das mãos vigorosas, e que ali pareciam ter  
sido deixadas por Janair como mensagem bruta para quando eu  
abrisse a porta. De súbito, dessa vez com mal-estar real, deixei  
13 finalmente vir a mim uma sensação que durante seis meses, por  
negligência e desinteresse, eu não me deixara ter: a do  
silencioso ódio daquela mulher. O que me surpreendia é que  
16 era uma espécie de ódio isento, o pior ódio: o indiferente. Não  
um ódio que me individualizasse mas apenas a falta de  
misericórdia. Não, nem ao menos ódio. Foi quando

- 19 inesperadamente consegui lembrar seu rosto, mas é claro, como pudera esquecer? Revi o rosto preto e quieto, revi a pele inteiramente opaca que mais parecia um de seus modos de se calar, as sobancelhas extremamente bem desenhadas, revi os traços finos e delicados que mal eram divisados no negror apagado da pele.

Clarice Lispector. *A paixão segundo G. H.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente.

- 7 Há no texto, sobretudo no trecho “a do silencioso ódio daquela mulher” (l. 14 e 15), elementos que comprovam que a negligência e o desinteresse da narradora desencadearam o ódio que Janair nutria por ela e que estava expresso no “desenho hierático” (l. 7 e 8).  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Tudo não passa de conjecturas da narradora. Não há elementos no texto que comprovem que, de fato, Janair nutria ódio pela sua patroa.
- 8 A expressão “ao menos” (l.18) está empregada com o mesmo sentido de **sequer**.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO.** A palavra **sequer** tem o mesmo sentido de “ao menos”/pelo menos no contexto em apreço.
- 9 No que se refere à tipologia, o texto é predominantemente descritivo.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A autora até utiliza elementos descritivos para caracterizar, por exemplo, a empregada, mas o texto em questão é essencialmente narrativo, já que a autora, capitalizando lembranças e impressões do passado, reconstrói cenas da sua relação com Janair, a empregada.
- 10 Em “fugia-me” (l.5) e “lembrei-me” (l.7), a forma pronominal “me” poderia ser suprimida sem prejuízo da correção gramatical do texto.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Embora o verbo **lembrar** possa ser empregado como transitivo direto (com objeto elíptico, no texto), o verbo **fugir** é transitivo indireto na acepção de **não ocorrer, não lembrar**, que corresponde ao sentido presente no texto. Sendo assim, o pronome funciona como complemento indireto exigido por essa forma verbal, não podendo ser suprimido.
- 11 Com o emprego da expressão “mal eram divisados” (l.23), a narradora dá a entender que seu olhar em relação aos traços do rosto de Janair era ofuscado pela cor da pele da empregada.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Nesse trecho, a narradora dá a entender que não queria prestar atenção ou não conseguia enxergar direito, naquela pele com um “negror apagado”, “os traços finos e delicados” de Janair.
- 12 No trecho “Quis lembrar-me de seu rosto, e admirada não consegui” (l. 1 e 2), a conjunção “e” está empregada com o mesmo sentido de **porém**.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO.** No período “Quis lembrar-me de seu rosto, e admirada não consegui”, a segunda oração expressa uma ideia contrária à esperada da informação presente na primeira oração; portanto, uma informação adversa. Nesse contexto, a conjunção “e” demonstra essa relação de adversidade entre a primeira e a segunda oração.
- 13 A sensação que a narradora finalmente se permitiu sentir depois de seis meses corresponde ao mal-estar real referido na linha 12.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A sensação é “a do silencioso ódio daquela mulher” — trecho que funciona como aposto do termo “uma sensação”.

- 14 É facultativo o emprego do acento indicativo de crase no trecho “em relação à minha moradia” (l. 4 e 5).  
**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Diante de pronomes possessivos femininos, é facultativo o uso do artigo, então, nesse caso, é facultativo o emprego do acento grave, por ser possível a ocorrência ou não da crase.
- 15 A expressão “de tal modo” (l. 2 e 3) introduz uma informação com ideia de consequência.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** No contexto em que aparece, “de tal modo” não é uma locução conjuntiva que exprime consequência, haja vista a ausência da conjunção **que**. A expressão tem valor adverbial de modo e expressa a constatação de que a empregada, na percepção da narradora, havia excluído da sua própria casa, pela forma como tinha ficado invisível no tempo que estivera trabalhando ali.

A compreensão da comunicação como direito humano é formulação mais ou menos recente na história do direito. Tal conceito foi expresso pela primeira vez em 1969 por Jean D’Arcy, então diretor dos Serviços Visuais e de Rádio no Escritório de Informação Pública da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, em artigo na revista *EBU Review*, do European Broadcasting Union (EBU): “Virá o tempo em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos terá de abarcar um direito mais amplo que o direito humano à informação, estabelecido pela primeira vez 21 anos atrás no artigo 19. Trata-se do direito do homem de se comunicar.”.

Na década de 70 do século XX, o direito à comunicação passou a ser discutido no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Desde 2000, vem ganhando ressonância no debate político. Primeiro na União Europeia — o Parlamento Europeu aprovou em 2008 uma diretiva, válida em todos os países-membros, estabelecendo limites à publicidade e padrões mínimos de veiculação de conteúdo independente, regional e acessível — e, em seguida, na América Latina, onde marcos regulatórios foram aprovados na Argentina (2009), na Venezuela (2010), no Equador (2013) e no Uruguai (2013).

No Brasil, o direito à comunicação foi oficialmente reconhecido pelo Estado em 2009, no Decreto n.º 7.037, que instituiu a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Sua diretriz número 22 tem o condão de conciliar os conceitos de “comunicação”, “informação” e “democracia”, e apresentá-los como princípios orientadores da abordagem contemporânea dos direitos humanos: “Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos”, diz a diretriz. Ao referir-se nominalmente ao “direito à comunicação”, o PNDH-3 contribuiu para inaugurar uma nova etapa no debate sobre o tema. Até então, as instituições se referiam, quando muito, ao direito à informação.

Camilo Vanmuchi Galaxia. São Paulo, online, ISSN 1982 – 2553, n.º 38, maio-ago./2018, p. 167-80. Internet: <www.dx.doi.org>(com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens que se seguem.

- 16 De acordo com as ideias do texto, o direito à comunicação e o direito à informação são direitos semelhantes e complementares.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O texto trata do direito à comunicação e do direito à informação como direitos distintos. Dá a entender que o direito à comunicação vai além do direito à informação, sendo mais amplo que este, mas não afirma nem sugere que sejam direitos semelhantes nem complementares.

17 Nas três últimas décadas do século XX, o direito à comunicação era considerado ilegítimo nos países da União Europeia e da América Latina.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Essa informação extrapola o conteúdo do texto. O texto menciona uma diretiva aprovada pelos países da União Europeia e marcos regulatórios em países da América Latina no século XXI, mas isso não significa dizer que, no século XX, antes da diretiva e dos marcos regulatórios, o direito à comunicação era considerado ilegítimo nesses países.

18 O PNDH-3 representou um avanço no que diz respeito à discussão sobre o direito à comunicação.

JUSTIFICATIVA: CERTO. É o que se afirma nas frases finais do texto: “Ao referir-se nominalmente ao ‘direito à comunicação’, o PNDH-3 contribuiu para inaugurar uma nova etapa no debate sobre o tema. Até então, as instituições se referiam, quando muito, ao direito à informação.”.

19 O direito à comunicação consiste em um dos mais recentes direitos humanos reconhecidos pela UNESCO.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No início do texto, afirma-se apenas que “A compreensão da comunicação como direito humano é formulação mais ou menos recente na história do direito”, mas nada se afirma com relação à recentidade do reconhecimento do direito à comunicação pela UNESCO com relação aos demais direitos.

20 O emprego de vírgula no lugar do ponto final logo após “direito” (l.3), com a devida alteração de maiúscula e minúscula, manteria a correção gramatical do texto.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Como o ponto empregado encerra uma declaração, o emprego de vírgula em seu lugar seria indevido.

21 A expressão ‘em que’ (l.8) poderia ser substituída por **onde**, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Como não há referência locativa, o emprego de **onde** é inadequado.

22 Caso a expressão ‘21 anos atrás’ (l.11) fosse substituída por **a 21 anos**, a correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Para expressar tempo passado, emprega-se o verbo **haver** (**há**), e não a preposição **a**.

23 No último período do primeiro parágrafo, a anteposição do pronome ‘se’ à forma verbal ‘Trata’ prejudicaria a correção gramatical do texto.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Não se emprega pronome oblíquo em início de sentença.

24 A informação veiculada no texto seria preservada caso a locução “vem ganhando” (l.16) fosse substituída por **tem ganhado**.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Tanto a locução “vir + gerúndio” quanto a locução “ter + participio” no tempo presente veiculam uma ação iniciada no passado e que se prolonga no tempo presente, de modo que a substituição não prejudica a informação originalmente veiculada no texto.

25 O termo “estabelecendo” (l.19) foi empregado no texto com o mesmo sentido da expressão **que estabelece**.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Caso a oração reduzida fosse desenvolvida, o verbo “estabelecendo” equivaleria a “que estabelece”. O sujeito elíptico da oração reduzida retoma “a diretiva”.

26 No texto, o verbo **instituir**, empregado na linha 27, tem o mesmo sentido de **estabelecer**.

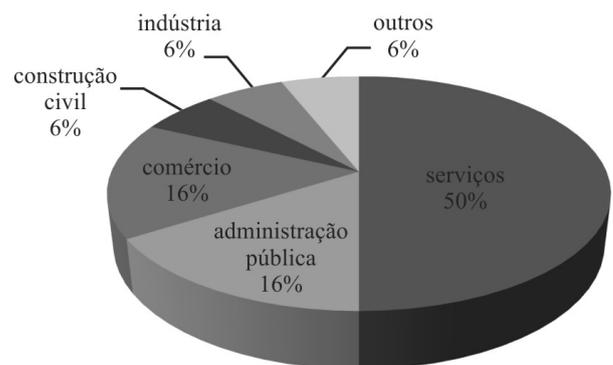
JUSTIFICATIVA: CERTO. Os verbos são sinônimos. **Estabelecer**: pôr em vigor; **instituir**: estabelecer, determinar «o jornal *estabeleceu normas de redação*» «o diretor *estabeleceu que seriam suspensas as horas extras*».

27 Mantendo-se a correção e a coerência do texto, o período “Ao referir-se (...) o tema.” (l.35 a 37) poderia ser reescrito da seguinte forma: O PNDH-3, ao referir nominalmente ao ‘direito à comunicação’, contribuiu com a inauguração de uma nova etapa no debate sobre o tema.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O verbo **referir**, quando não pronominal, é transitivo direto.

Julgue os itens que se seguem, acerca da realidade contemporânea do Distrito Federal (DF).

28 Conforme a próxima figura, que informa dados relativos aos setores de atividade no DF, as atividades terciárias predominam no DF.



Internet: <<http://www.anuariododf.com.br>> (com adaptações).

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com a figura, cerca de 80% dos setores de atividade no DF configuram atividades do setor terciário, que incluem serviços e comércio. Brasília, como capital federal, concentra atividades de serviços públicos e da administração local.

29 O produto interno bruto (PIB) do DF está entre os dez primeiros no *ranking* nacional das economias medidas pelo PIB, contudo ainda subsiste no DF uma grave situação de desigualdade social e de renda, informalidade e desemprego, marcadamente nas regiões administrativas mais distantes do Plano Piloto.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Apesar do elevado PIB do DF, a distribuição de renda, de empregos e de oportunidades é bastante desigual, principalmente nas periferias mais distantes da RA-I.

30 No DF, a água subterrânea é considerada um recurso hídrico para uso regular durante todas as estações do ano, sendo aproveitada para incrementar o abastecimento urbano e rural e o da área de serviços e da indústria.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A água subterrânea no DF deve ser vista como um recurso estratégico para complementar o abastecimento nos períodos de estiagem, ou como opção ao sistema de abastecimento por mananciais superficiais.

31 Cerca de 70% do território do DF é composto por áreas rurais, responsáveis tanto pela produção agropecuária da região quanto pela contenção do crescimento urbano desordenado e pela preservação de nascentes, mananciais e áreas de vegetação nativa do cerrado.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O maior percentual de terras do DF destina-se às áreas rurais, com importante papel na produção econômica, empregabilidade, proteção e preservação ambiental, além de significar terrenos de reserva para o planejamento do crescimento da cidade.

Em comício no interior de Goiás, o então candidato à presidência da República Juscelino Kubistchek (JK), ao ser inquirido por um eleitor, comprometeu-se, se eleito, a transferir a capital brasileira para o interior do país. Em seu governo, JK comandou a construção de Brasília em tempo recorde, inaugurando-a em abril de 1960. Considerando os aspectos marcantes da construção de Brasília e de sua consolidação como a nova sede dos Poderes da República, julgue os itens seguintes.

32 A presença de operários vindos dos mais diversos pontos do país, a exemplo de mineiros e nordestinos, conhecidos como candangos, foi vital para a construção de Brasília, além de ter contribuído para a diversificada composição da população do novo Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. É lugar comum dizer-se que Brasília é uma síntese do Brasil, especialmente em face da origem por demais diversificada de sua população.

33 A construção de Brasília inscreve-se no contexto de desenvolvimentismo dos anos JK, quando a crença otimista na modernização do país era embalada, por exemplo, pela conquista da primeira Copa do Mundo de Futebol.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Brasília foi a meta-síntese do quinquênio JK e simboliza o sopro de otimismo que varria o país naquele contexto histórico.

34 A construção de Brasília não sofreu oposição relevante e, depois da inauguração da cidade, sua consolidação como a nova sede político-administrativa da República avançou sem maiores contestações.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Houve cerrada oposição, personificada na UDN. A consolidação sofreu percalços já no governo Jânio Quadros, com gente defendendo a volta da capital ao Rio de Janeiro.

35 A criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) cumpriu integralmente seu objetivo ao promover a ocupação ordenada e planejada de toda a área limítrofe do Distrito Federal, ao sanar problemas estruturais com a plena oferta de bens e serviços públicos, oportunidades de emprego e assistência à saúde no chamado Entorno.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O Entorno continua sendo área problemática e sua ocupação se faz de modo desordenado, nada planejado, e com visíveis carências estruturais.

Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

36 Servidor público demitido que ajuizar ação e obtiver decisão que declara inválida a sua demissão deverá ser reintegrado caso o cargo não houver sido extinto e, na hipótese de extinção, deverá permanecer em disponibilidade.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O item está correto, pois servidor público demitido cuja demissão é declarada inválida por decisão judicial será reintegrado, se o cargo não tiver sido extinto. Do contrário, permanecerá em disponibilidade (LC n.º 840/2011, art. 36).

37 É permitido a secretários de Estado do Distrito Federal nomear, para função de confiança na Secretaria, advogado privado, mesmo que este não possua vínculo com o serviço público, desde que a atribuição dele seja de assessoramento.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O item está incorreto, pois função de confiança é privativa de servidor efetivo (LC n.º 840/2011, art. 6.º).

38 Deverá ser tornada sem efeito a exoneração de servidora que, após confirmação de gravidez, houver sido destituída de cargo em comissão sem vínculo com o serviço público, independentemente de indenização.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O item está incorreto, pois servidora gestante poderá ser exonerada se for indenizada (LC n.º 840/2011, art. 53).

39 Ficará configurado o abandono de emprego caso um servidor público falte ao serviço por mais de trinta dias consecutivos ou em mais de trinta dias alternados no período de um ano de trabalho.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O item está incorreto, pois somente as faltas por mais de trinta dias consecutivos é que configura abandono de cargo (LC n.º 840/2011, art. 64).

40 Servidor público com deficiência poderá ter horário especial de trabalho, com redução de até metade da jornada, desde que essa necessidade seja atestada por junta médica oficial.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O item está correto, pois servidor com deficiência pode ter horário especial com redução de até 50% da jornada de trabalho, com a necessidade atestada por junta médica oficial (LC n.º 840/2011, art. 61).

À luz da Lei Orgânica do Distrito Federal e do Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo, julgue os próximos itens.

41 Os conselhos de representantes comunitários das Regiões Administrativas do Distrito Federal exercerão funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras, na forma do decreto do governador que os criar e os regulamentar.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O item está incorreto, pois os conselhos de representantes comunitários não possuem função deliberativa e suas funções consultivas e fiscalizadoras são nos termos da lei e não do decreto do governador (LODF, art. 12).

42 É permitido a subsecretário de Secretaria de Estado do Distrito Federal receber presente de autoridade estrangeira, em situação protocolar, quando houver reciprocidade.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Os subsecretários podem receber presente de autoridade estrangeira, em situações protocolares, desde que haja reciprocidade (Decreto distrital n.º 37.297/2016).

43 Servidor público da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que receber ingresso para assistir a *show* ou a congresso respeitará o Código de Ética dos Servidores caso a admissão ao evento esteja ajustada em contrapartida de contrato administrativo ou convênio.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O item está correto, pois ingresso para *show* ou congresso não será considerado vantagem de natureza indevida, se tiver ajustado em contrapartida de contrato administrativo ou convênio (Decreto distrital n.º 37.297/2016).

À luz do Decreto distrital n.º 36.756/2015, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), julgue os itens a seguir.

44 O SEI permite que sejam utilizadas assinaturas eletrônicas por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras, bem como por meio de prévio credenciamento de acesso de usuário com o fornecimento de *login* e senha.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 6.º do Decreto distrital n.º 36.756/2015.

- 45 Entre os objetivos do SEI está o de fomentar o parque tecnológico do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O art. 2.º do Decreto distrital n.º 36.756/2015 apresenta os objetivos do SEI e dentre eles não está o de fomentar o parque tecnológico do Distrito Federal.

Considerando que José, membro da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, não consiga aprovação no estágio probatório, razão pela qual não possa ser efetivado no cargo de procurador do Distrito Federal, julgue os itens seguintes, com base nas disposições constantes na Lei Complementar n.º 395/2001, que dispõe sobre organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

- 46 A José, durante o estágio probatório, competia exercer o controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo, bem como prestar orientação jurídico-normativa para a administração pública direta e indireta do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 4.º, incisos III e XVII, da Lei Complementar n.º 395/2001.

- 47 Caso José tivesse se deparado, no exercício do cargo, com algum ato administrativo manifestamente ilegal, ele deveria propor ao governador do Distrito Federal que o declarasse nulo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante o disposto no art. 6.º, inciso XXXVII, da Lei Complementar n.º 395/2001, quem deve propor ao governador que o ato seja declarado nulo é o procurador-geral. Cabia a José informar o fato ao procurador-geral para que este fizesse a proposição ao governador.

- 48 Competirá ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal efetivar a exoneração de José por ter sido considerado inapto no estágio probatório.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante o disposto no art. 11, inciso V, da Lei Complementar n.º 395/2001, compete ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal “deliberar sobre a exoneração de procurador do Distrito Federal julgado inapto no estágio probatório, encaminhando cópia da decisão ao procurador-geral para efetivação junto ao governador do Distrito Federal”.

- 49 O procurador-geral do Distrito Federal foi o responsável por definir, de acordo com a necessidade do serviço, a lotação de José quando ele tomou posse no cargo.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 32 da Lei Complementar n.º 395/2001.

- 50 Durante o estágio probatório, José poderia ter sido cedido, no âmbito do Distrito Federal, para exercer cargo de natureza especial ou equivalente, desde que houvesse anuência do procurador-geral do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante o disposto no art. 34 da Lei Complementar n.º 395/2001, a anuência deve ser do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, não do procurador-geral do Distrito Federal.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere aos tipos de estruturas organizacionais, natureza, finalidade e critérios de departamentalização, julgue os itens a seguir.

- 51 A estrutura organizacional funcional é aquela em que cada empregado recebe orientações de apenas um superior, as quais seguem, por via hierárquica, do escalão mais alto até o escalão mais baixo.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O item apresenta a descrição de estrutura linear, e não de estrutura funcional.
- 52 Estrutura linear e de linha/*staff* são tipos diferentes de estrutura organizacional.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO.** As principais estruturas organizacionais são: linear, funcional e de linha/*staff*.
- 53 A estrutura matricial tem como foco mudar a hierarquia de uma organização.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Nenhuma estrutura organizacional tem como foco mudar a hierarquia. Elas apenas são dispostas conforme a hierarquia de cada modelo correspondente.

Com relação à gestão de processos, julgue os itens que se seguem.

- 54 As equipes responsáveis por um processo são multidisciplinares, formadas por membros com diversas origens organizacionais e com múltiplas formações educacionais.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Os processos devem ser observados sob uma perspectiva ponta a ponta, que possibilite a entrega aos clientes. Dessa forma, as equipes responsáveis por eles têm natureza multidisciplinar, sendo formadas por membros com diversas origens organizacionais e com múltiplas formações
- 55 A gestão por processos utiliza estrutura vertical, enquanto a gestão tradicional adota estruturas horizontais.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A visão tradicional de uma organização apresenta uma estrutura funcional, na qual as atividades pertencentes a uma mesma área técnica ou de conhecimento são agrupadas em uma mesma unidade administrativa. Ela é, portanto, verticalizada. A estrutura utilizada na gestão por processos é horizontalizada, de modo a agregar o conceito de entregas finais aos clientes e múltiplos responsáveis.
- 56 Os processos classificam-se em primários, de apoio e gerenciais.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Os processos primários correspondem basicamente aos processos essenciais da organização; os de apoio englobam os processos de suporte; e os gerenciais buscam dar subsídios às tomadas de decisão.
- 57 Processo é um conjunto de atividades resultante da articulação de pessoas, recursos materiais, instalações e equipamentos, que transforma insumos em serviços, com o objetivo de agregar valor ao cliente.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Agregar valor a um cliente consiste em se ter na organização processos bem definidos com os recursos disponíveis como: pessoas, recursos materiais, instalações e equipamentos.

A respeito de estruturas organizacionais, julgue os itens seguintes.

- 58 Em uma estrutura organizacional de linha/*staff*, a autoridade é dual, ou seja, o colaborador responde a duas autoridades diferentes: o superior funcional e o coordenador do projeto do qual o colaborador faça parte.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O item apresenta a definição de estrutura matricial, que é um modelo híbrido com configuração de autoridade dual.
- 59 Definições estratégicas vindas do topo da hierarquia definem uma estrutura organizacional denominada de piramidal.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO.** A estrutura piramidal, assim como uma pirâmide, tem suas definições estratégicas vindas do topo para a base.
- 60 Em uma organização, a hierarquia é a forma com que cargos e funções são definidos de acordo com a especialidade e especificidade de cada colaborador, o que contribui com a eficiência da organização.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A hierarquia divide a organização em níveis de autoridade. O item apresenta a definição de especialização, que é a divisão do trabalho, ou seja, cada cargo passa a ter funções específicas e especializadas.
- 61 A estrutura matricial é um modelo híbrido que permite a interação entre áreas, que podem ser por produto, processo ou projeto.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Para um aumento da competitividade quanto mais interação houver entre as áreas, maior será o desempenho da organização. A estrutura matricial é um modelo que permite essa interação.

No que concerne à organização administrativa, julgue os próximos itens.

- 62 Um banco estadual que organiza sua estrutura interna em departamentos ou seções com atribuições próprias e distintas entre si, a fim de melhor desempenhar suas funções institucionais de controle interno, apresenta uma desconcentração da função administrativa.  
**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Desconcentrar uma função administrativa consiste em departamentalizar a estrutura organizacional a fim de se obter um melhor desempenho das funções institucionais, pois cada departamento tem suas atribuições próprias.
- 63 A função administrativa realizada pela União, pelos estados e municípios é denominada administração pública indireta.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADA.** A função administrativa, quando realizada pela própria entidade estatal, é considerada como administração pública direta.
- 64 A Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional são órgãos integrantes da administração pública federal indireta.  
**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Os referidos órgãos fazem parte da administração pública federal direta.

Em relação aos processos licitatórios, julgue os itens a seguir.

65 O princípio do julgamento objetivo estabelece que a proposta mais vantajosa para administração pública é a que deve ser a escolhida.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O princípio do julgamento objetivo é aquele que preceitua a observância dos critérios objetivos previstos no edital para o julgamento das eventuais demandas relativas ao processo licitatório, sendo vedada adoção de critérios subjetivos, conforme art. 3.º da Lei n.º 8.666/1993. O princípio da eficiência é que estabelece que a proposta mais vantajosa para a administração pública deve ser a escolhida.

66 O princípio do desenvolvimento sustentável é aplicável a todas as modalidades de licitação.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** O item está correto, conforme art. 3.º da Lei n.º 8.666/1993.

67 A modalidade de pregão eletrônico pode ser aplicada a locações imobiliárias.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O art. 4.º, inciso II, do Decreto n.º 10.024/2019 veda a aplicação do pregão eletrônico a locações imobiliárias.

68 As autarquias podem optar pelo pregão na forma presencial para a contratação de serviços comuns, em razão do desenvolvimento sustentável.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O § 4.º do art. 1.º do Decreto n.º 10.024/2019 só admite a adoção do pregão presencial quando ficar comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização do pregão eletrônico.

69 Em situação de grave e iminente risco à segurança pública, é dispensável a licitação para a construção de estabelecimentos penais.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** De acordo com o art. 24, inciso XXXV, da Lei n.º 8.666/1993, é dispensável a licitação para a construção, a ampliação, a reforma e o aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública.

70 É dispensável a licitação no caso do fornecimento a órgão da administração pública, por associação de portadores de deficiência física sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, de mão de obra com o preço compatível com o praticado no mercado.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** O item está correto, conforme art. 24, inciso XX, da Lei n.º 8.666/1993.

Considerando os princípios e a execução orçamentários, bem como a composição orçamentária do DF, julgue os itens a seguir.

71 Em consonância com o princípio orçamentário da discriminação, a lei de diretrizes orçamentárias da União de 2020 veda a execução orçamentária de programação que empregue a designação “a definir” bem como designações que não permitam sua identificação precisa.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** O princípio da discriminação ou especialização preconiza a especificação de cada rubrica de receita e despesa, de modo que não figurem de forma englobada, como, por exemplo, na hipótese de utilização de intitulações genéricas ou a título de “outros(as)”.

72 Os tributos arrecadados pelo Distrito Federal correspondem a cerca de 30% de sua receita própria, o que equivale a aproximadamente 40% dos recursos do Fundo Constitucional distrital.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** As proporções das receitas são inversas; o DF arrecada cerca de 70% das receitas próprias em tributos, e os recursos do FCDF em relação à receita própria correspondem a uma proporção de 15/25.

73 **Situação hipotética:** Um ente, ao final do exercício, apresenta a seguinte situação financeira:

- insuficiência de arrecadação (saldo negativo das diferenças acumuladas, ao longo do exercício, entre a receita prevista e a realizada): R\$ 55.000;
- créditos extraordinários autorizados em agosto e não utilizados durante o exercício: R\$ 40.000;
- déficit financeiro no balanço patrimonial do exercício anterior: R\$ 25.000.

**Assertiva:** Nessa situação, o ente deverá reabrir o crédito extraordinário até o valor de R\$ 40.000.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Não há recursos disponíveis para a abertura de créditos suplementares e especiais. Haveria se:

houvesse excesso de arrecadação;  
houvesse superávit financeiro.

Por outro lado, os créditos extraordinários seriam reabertos, caso tivessem sido autorizados nos quatro últimos meses do exercício, sendo, então, incorporados ao orçamento do exercício subsequente. Teriam que ser autorizados novos créditos extraordinários, caso perdurasse as razões que os justificaram.

74 A movimentação dos recursos entre as unidades do sistema de programação financeira é executada por meio de cotas, repasses e sub-repasses, sendo uma das modalidades de repasse a transferência de recursos de uma empresa pública dependente para um órgão da administração direta de outro ministério.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** O repasse é a liberação de recursos pelos órgãos setoriais de programação financeira para entidades da administração indireta, e entre estas; e, ainda, das entidades da administração indireta para órgão da administração direta, ou entre estes, se de diferentes órgãos ou Ministérios.

75 Quanto à contabilização da dívida ativa, há troca de créditos entre o órgão de origem do crédito — no ativo circulante — e o órgão competente para sua inscrição em dívida ativa — no ativo não circulante —, em razão da incerteza resultante do inadimplemento da obrigação no seu vencimento.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Há troca de crédito a receber no ativo circulante (registrado no órgão ou entidade de origem do crédito) pelo crédito de dívida ativa no ativo não circulante, registrado no órgão ou entidade competente para inscrição do crédito em dívida ativa, tendo em vista que o inadimplemento torna incerto o prazo para realização do crédito.

**76** O pressuposto contábil para a inscrição de restos a pagar consiste no fato de que a receita orçamentária que dá suporte ao pagamento da despesa orçamentária foi arrecadada no exercício anterior ao de realização dessa despesa.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Assim como a receita orçamentária que ampara o empenho da despesa orçamentária pertence ao exercício de sua arrecadação e serviu de base, dentro do princípio do equilíbrio orçamentário, para a fixação da despesa orçamentária pelo Poder Legislativo, a despesa que for empenhada com base nesse crédito orçamentário também deverá pertencer ao referido exercício.

Com base nos conceitos e nas aplicações da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Complementar de Finanças Públicas (Lei n.º 4.320/1964), julgue os itens seguintes.

**77** Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das condições para promover renúncia de receita é a aplicação de medidas de compensação por meio de redução de despesas.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A condição que a Lei estabelece é o aumento de receita (elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, criação ou majoração de tributos ou contribuições).

**78** Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite de um poder ou órgão, aplica-se a ele, como sanção, a suspensão da revisão geral anual dos servidores.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Essa restrição não existe na CF nem na LRF, de modo que a revisão – mínima - fica sempre preservada, aplicando-se outras medidas.

**79** A lei orçamentária conterà os créditos suplementares para os quais já haja recursos suficientes.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A lei orçamentária *poderá* conter *autorização* para abertura de crédito suplementar até determinada importância. O crédito suplementar é, por definição, um reforço de dotação; só se justifica sua abertura após o início da execução do orçamento.

**80** Os empenhos relativos a créditos com vigência plurianual, quando não liquidados, serão considerados como restos a pagar somente no último ano de vigência do crédito.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Mesmo que haja pendências ao longo da vigência de um contrato plurianual, por exemplo, os valores que passam de um exercício para o seguinte não poderão ser inscritos em restos a pagar, exceto no último ano de vigência do crédito.

A respeito da receita pública, julgue os itens a seguir.

**81** A classificação orçamentária por natureza da receita é utilizada por todos os entes da federação e tem como objetivo identificar a origem do recurso conforme o fato gerador.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** A classificação orçamentária por natureza da receita está prevista no § 4.º do art. 11 da Lei n.º 4.320/1964 e, de acordo com o Manual Técnico do Orçamento de 2020, em seu tópico 3.2., “a classificação da receita por natureza [tabela no item 8.1.1] é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos”.

**82** A doação em espécie recebida por um ente público passa pelas seguintes etapas da receita: lançamento, arrecadação e recolhimento.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A doação em espécie recebida por ente público não passa pela etapa do lançamento, mas tão somente da arrecadação e do recolhimento.

**83** A contribuição social do salário-educação poderá ser objeto de desvinculação de receitas da União e, assim, classificada como recurso ordinário.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A contribuição social do salário-educação não pode ser objeto de desvinculação das receitas da União, conforme art. 76, § 2.º, da ADCT, que assim dispõe: “Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data. [...] § 2.º Excetua-se da desvinculação de que trata o caput a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o § 5.º do art. 212 da Constituição Federal”. Logo, não pode ser classificada como recurso ordinário, que é a classificação correta para recursos objeto da desvinculação prevista no art. 76 do ADCT.

**84** Os recursos obtidos por meio do pedágio cobrado pela utilização de rodovias são classificados como receita derivada.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O pedágio cobrado pela efetiva utilização de rodovias não tem natureza tributária, mas de preço público. Assim, o pedágio é classificado como receita pública originária, relativa aos recursos arrecadados por meio da exploração de atividades econômicas pela administração pública.

**85** Os créditos oriundos de laudêmios não arrecadados no exercício financeiro próprio deverão ser inscritos como dívida ativa não tributária.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Conforme estabelecido no art. 39, § 2.º, da Lei n.º 4.320/1964, a seguir transcrito: “§ 2.º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.”

Acerca da despesa pública, julgue os itens que se seguem.

- 86** A classificação institucional da despesa orçamentária corresponde à alocação de créditos vinculados a unidades orçamentárias representativas de uma estrutura administrativa. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A classificação institucional reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária. Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias (art. 14 da Lei n.º 4.320/1964). Cabe ressaltar que um órgão orçamentário ou uma unidade orçamentária não correspondem necessariamente a uma estrutura administrativa, como ocorre, por exemplo, com alguns fundos especiais e com as unidades orçamentárias ‘Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios’, ‘Encargos Financeiros da União’, ‘Operações Oficiais de Crédito’, ‘Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal’ e ‘Reserva de Contingência’”.
- 87** As despesas com fornecimento de energia elétrica para determinado órgão público deverão ser objeto de empenho por estimativa. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Os empenhos podem ser classificados como ordinário, por estimativa e global. As despesas cujo montante não se pode determinar previamente são contratadas por meio de empenho por estimativa, conforme art. 60, § 2.º, da Lei n.º 4.320/1964.
- 88** Os empenhos referentes a despesas com diárias cujas prestações de contas estejam pendentes deverão ser inscritos em restos a pagar não processados. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** As despesas com diárias serão consideradas liquidadas no momento da autorização formal do instrumento de concessão e os respectivos empenhos não poderão ser indicados para inscrição em restos a pagar não processados.
- 89** O limite máximo para a concessão de suprimento de fundos deverá ser fixado por meio de portaria do ministro de Estado da economia. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** “Os valores limite para a concessão de suprimento de fundos, bem como o limite máximo para despesas de pequeno vulto de que trata este artigo serão fixados em portaria do Ministro de Estado da Fazenda”. O cargo de ministro de Estado da Fazenda foi transformado em ministro de Estado da Economia.
- 90** Para que se efetue a amortização ou o resgate de dívida fundada, deverá haver autorização legislativa. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** A dívida fundada ou consolidada compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses contraídos mediante emissão de títulos ou celebração de contratos para atender a desequilíbrio orçamentário, ou a financiamento de obras e serviços públicos, e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. O pagamento da dívida flutuante não depende de autorização orçamentária.

Acerca dos princípios e conceitos da arquivística, bem como da legislação que a regula, julgue os itens que se seguem.

- 91** Para que seja classificado como arquivo, um conjunto documental deverá ser acumulado por uma pessoa física ou jurídica durante o desenvolvimento de suas atividades. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Esta característica é a que distingue o arquivo de outros acervos documentais: o fato de ser acumulado no desempenho das atividades de uma pessoa física ou jurídica.

- 92** O princípio da proveniência determina que, ao serem organizados, os documentos sejam mantidos na mesma disposição em que foram acumulados originalmente. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Essa determinação quanto à manutenção é definida pelo princípio da ordem original.
- 93** Designam-se os documentos como ostensivos ou como sigilosos de acordo com a natureza do assunto de que tratam. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Quanto à natureza do assunto que apresentam, os documentos podem ser ostensivos ou sigilosos.
- 94** Conforme a legislação brasileira atual, a implementação de programas de gestão de documentos é responsabilidade do Conselho Nacional de Arquivos. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** É de responsabilidade do Sistema Nacional de Arquivos.
- 95** A Lei n.º 12.529/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, revogou os dispositivos da Lei n.º 8.159/1991 que regulavam o acesso aos documentos públicos. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Os dispositivos que tratavam do acesso aos documentos públicos na Lei n.º 8.159/1991 foram revogados pela Lei n.º 12.529/2011.
- 96** No Distrito Federal, diferentemente do que ocorre nos estados, os documentos considerados de valor permanente deverão ser recolhidos ao Arquivo Nacional. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Os documentos considerados de valor permanente no Governo do Distrito Federal devem ser recolhidos ao Arquivo Público do Distrito Federal.

Acerca da gestão de documentos, julgue os itens a seguir.

- 97** Cabe à gestão de documentos efetuar o recolhimento ao arquivo permanente. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A gestão de documentos tem como fim a eliminação ou recolhimento de documentos de arquivo. As atividades referentes ao arquivo permanente não estão englobadas na gestão documental, pois “considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes às atividades de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.
- 98** No método ideográfico de arquivamento utilizam-se o assunto e a data como elementos de recuperação da informação. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Apesar de o assunto ser o elemento utilizado para a recuperação da informação no método de arquivamento ideográfico, a data não faz parte desse método. A recuperação de documentos de acordo com a data faz parte do método numérico-cronológico. A definição de método ideográfico é a seguinte: “[...] quando o elemento principal para a recuperação da informação for o assunto. A ordenação dos assuntos deverá seguir a modalidade alfabética (dicionária ou enciclopédica) ou numérica (decimal ou duplex)”. O método é considerado numérico-cronológico quando o número do documento vier associado à data.
- 99** É atribuição do protocolo discriminar a correspondência de caráter ostensivo daquela de caráter sigiloso, bem como abrir a correspondência ostensiva. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Essas atividades são atribuição do protocolo. O protocolo deve “separar a correspondência oficial de caráter ostensivo da de caráter sigiloso” e “abrir a correspondência ostensiva”.
- 100** A tabela de temporalidade determina os prazos de arquivamento corrente e intermediário, e a utilização dela é condicionada à aprovação por autoridade competente. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** A tabela de temporalidade é o instrumento de destinação que determina os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e(ou) intermediários, e ela só deve ser aplicada após sua aprovação por autoridade competente.

Julgue os próximos itens, acerca da preservação, da conservação, do acondicionamento e do armazenamento de documentos de arquivo.

**101** A umidade é um dos fatores responsáveis pela deterioração de documentos fotográficos.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Para se evitar a deterioração pela umidade e acidez, as fotografias devem ser acondicionadas em *folders* confeccionados em papel de pH neutro e guardadas em pastas suspensas, com suporte de plástico.

**102** O acondicionamento interfere na constituição física do documento e, assim, o protege contra danos.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Apesar de proteger a documentação contra danos físicos, o acondicionamento protege os documentos sem interferir na sua constituição física. O acondicionamento é uma das etapas do planejamento de conservação preventiva da instituição. Objetiva a preservação do acervo, protegendo os documentos contra danos físicos e condições ambientais adversas e proporcionando-lhes um microambiente mais adequado.

**103** No armazenamento de documentos de arquivo, deve ser promovida no ambiente ventilação natural ou artificial.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** O item confirma indicação do Arquivo Nacional: “promover a ventilação dos ambientes de forma natural ou artificial com soluções de baixo custo, inclusive com a disposição adequada do mobiliário, de forma a facilitar o fluxo do ar”.

**104** O isolamento e a proteção contra a exposição a agentes externos, como a luz e elementos poluentes, garante que documentos em papel não se deteriorem.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O próprio documento pode se deteriorar, sem a necessidade da exposição a fatores externos, em virtude exclusivamente da deterioração química. Ela “é uma ameaça constante, porque é o próprio material que sofre as reações de degradação/envelhecimento – nem a ocorrência de poluentes externos nem a exposição à luz são necessárias”.

Com relação ao sistema eletrônico de informações (SEI), que é um sistema de gestão de processos administrativos e documentos arquivísticos eletrônicos, e às compras no setor público, julgue os itens a seguir.

**105** Um órgão público que recentemente tenha implantado o SEI deve realizar nova licitação imediata para a aquisição de papel sulfite (A4), com vistas à adequação da demanda, mesmo que a ata de registro de preços do último certame para aquisição desse insumo esteja assinada e ainda vigente.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Caso o último certame licitatório tenha gerado ata de registro de preços assinada e vigente, não há necessidade de novo certame licitatório imediato para adequação da demanda.

**106 Situação hipotética:** Um órgão público pretende assinar uma ata de registro de preços para manter seus estoques de papel sulfite (A4), tendo como estimativa de gasto anual para o item um valor abaixo de oitenta mil reais. **Assertiva:** Nesse caso, a modalidade de licitação preconizada pela legislação vigente é o convite.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** Embora o Decreto n.º 9.412/2018 tenha alterado para R\$ 80.000 o limite para a modalidade convite nas compras e nos serviços previstos no inciso II do art. 23 da Lei n.º 8.666/1993, o Decreto n.º 7.892/2013, que regulamenta o sistema de registro de preços, coloca que as licitações para registro de preços deverão ser realizadas na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, não sendo prevista a utilização da modalidade convite.

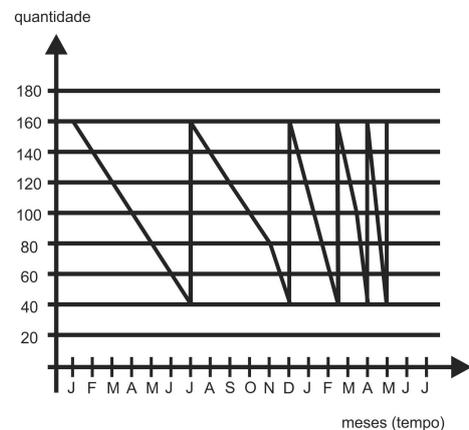
**107** O método da média móvel é o preconizado para a estimativa de demanda de papel sulfite (A4) a ser incluída em eventual edital de certame licitatório para aquisição desse insumo por órgão público em processo de implantação do SEI.

**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A previsão de consumo gerada pelo modelo da média móvel é maior nos casos de consumo decrescente, como no caso do papel sulfite (A4) em projetos de implantação do SEI em órgãos do governo. O cálculo superestimado de estimativas de consumo não contribui para a máxima eficiência do serviço público.

**108** A alteração do consumo de papel sulfite (A4) em um órgão público a partir da implantação do SEI gera impacto no ponto de pedido.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** O ponto de pedido é determinado pela fórmula  $PP = C \times TR + E.Mn$ , em que  $PP$  = ponto de pedido;  $C$  = consumo médio mensal;  $TR$  = tempo de reposição; e  $E.Mn$  = estoque mínimo. Dessa forma, ao alterar-se o consumo médio mensal devido à implantação do SEI, muda o ponto de pedido.

**109** O gráfico dente de serra mostrado a seguir representa, de forma estimada, uma movimentação de papel sulfite (A4) compatível com o consumo desse item em um órgão público após seis meses de implantação do SEI.



**JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O gráfico dente de serra representado na figura mostra o aumento de consumo de papel sulfite (A4) no órgão, o que é incompatível com a implantação do SEI.

Acerca da gestão de recursos materiais, julgue os itens que se seguem.

**110** O controle de estoques deve ser feito a partir da quantidade física e do valor financeiro dos produtos.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** Um dos princípios do controle de estoques é executá-lo em termos de quantidade e valor, o que possibilita o fornecimento de ambas as informações em levantamentos sobre a posição dos estoques.

**111** A indicação do tipo de material, do formato e das dimensões do produto faz parte da primeira etapa de classificação dos materiais.

**JUSTIFICATIVA: CERTO.** A primeira etapa de classificação dos materiais é a identificação. Nessa etapa, é necessário analisar suas aplicações em relação aos outros, estabelecendo-se a identidade do material. Alguns dos dados indispensáveis são: descrição técnica do produto; indicação do formato ou dimensões do produto; tipo de material e aplicação a que se destina; normas técnicas aplicáveis; outros dados relevantes.

- 112 Viabilizar a padronização de materiais, de forma a evitar que existam itens duplicados ou variedades desnecessárias no estoque, é parte do processo de classificação dos materiais. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** A classificação dos materiais produtivos é um processo de aglutinação dos materiais por semelhança de características físicas ou relativas à aplicabilidade, riscos na movimentação ou armazenagem e outras, tornando-se possível a gestão dos suprimentos ou das vendas. Uma das principais funções da classificação é viabilizar a padronização dos materiais, de forma a impedir que existam itens duplicados ou variedades desnecessárias no estoque e consequente desperdício de recursos.

Acerca do recebimento e da conferência de materiais, julgue os itens a seguir.

- 113 Ao se realizar o recebimento de materiais, deve-se avaliar se consta a quantidade acordada dos produtos, bem como sua qualidade, além de se averiguar se os materiais cumprem as exigências de preço e prazo estabelecidas previamente. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** As verificações de recebimento devem garantir que o material recebido tenha as características iguais àquelas determinadas no momento da compra, a fim de que possa ser encaminhada com maior brevidade a área de produção. Dessa forma, as inspeções usuais são as que verificam quantidade, preço (conferência com NF), prazo (a entrega deve ser feita respeitando o *lead time* definido brevemente) e qualidade (principalmente no que diz respeito à conformidade de fabricação).
- 114 As inspeções de recebimento podem ser classificadas quanto à natureza, à porcentagem e ao tipo de ensaio, na medida em que podem variar de acordo tanto com o produto quanto com o fornecedor. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Os tipos de inspeção variam de acordo com o item a ser inspecionado, levando em consideração as características intrínsecas do produto e a sua utilização, bem como a relação existente entre o comprador e o fornecedor.

Julgue os próximos itens, relativos aos critérios e às técnicas de armazenagem.

- 115 A paletização é o procedimento apropriado para unitizar embalagens de formas cônicas e cilíndricas. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** A paletização é o procedimento adequado para unitizar cargas de formatos retangulares. Materiais cônicos e cilíndricos são autounitizados e dependem basicamente de uma amarração.
- 116 O empilhamento, o uso de caixas e *racks* e a instalação de prateleiras são procedimentos empregados na estocagem de materiais e produtos. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Amplamente utilizados na gestão de materiais, empilhamento, o uso de caixas e *racks* e a instalação de prateleiras proporcionam o acondicionamento adequado de materiais que não necessitem de cuidados especiais.
- 117 Com o objetivo de aumentar a eficiência dos estoques e garantir a disponibilidade de itens perecíveis, o gestor de estoques deverá utilizar a técnica LIFO (*last in, first out*), segundo a qual o último produto a entrar deve ser o primeiro a sair. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O erro consiste na técnica utilizada, para materiais perecíveis a técnica adequada de gestão de estoques é a FIFO (*first in, first off* – o primeiro que entra é o primeiro que sai).

Julgue os itens que se seguem, a respeito da gestão patrimonial.

- 118 São condições para que um ativo seja classificado como fixo ou imobilizado: ter natureza relativamente permanente, ser utilizado na operação do negócio e destinar-se à venda. **JUSTIFICATIVA: ERRADO.** O item está errado em razão da terceira afirmativa – “e ser destinado à venda” –, já que o item não pode ser destinado à venda.
- 119 O aprimoramento contínuo da confiabilidade nas informações obtidas é um dos fatores a ser observados ao se optar pela operação de inventários rotativos, em detrimento da operação de inventários anuais. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Os inventários rotativos proporcionam maior confiabilidade, eficiência e possibilidade de mitigação de problemas que os inventários anuais. Um dos fatores mais relevantes para essa diferença se dá em razão do tempo, quanto menor é o intervalo entre a ocorrência do erro, a sua verificação e ajuste menor será o prejuízo por ele causado.
- 120 Organizações devem realizar contagens físicas periódicas de seus itens de estoque e de seus produtos em processo, a fim de verificar possíveis discrepâncias em valor e em quantidade, bem como para apurar o valor contábil total do estoque. **JUSTIFICATIVA: CERTO.** Periodicamente, a empresa deve efetuar contagens físicas de seus itens de estoque e produtos em processo para verificar: a) Discrepâncias em valor, entre o estoque físico e o registro de estoque contábil. b) Discrepâncias em quantidade, entre o estoque físico e o registro de estoque contábil c) Apuração do valor total do estoque (contábil) para efeito de balanços ou balancetes. Neste caso, o inventário é realizado próximo ao encerramento do ano fiscal.